

Operação Desmonte é inegociável

Ministérios só poderão discutir gastos de custeio

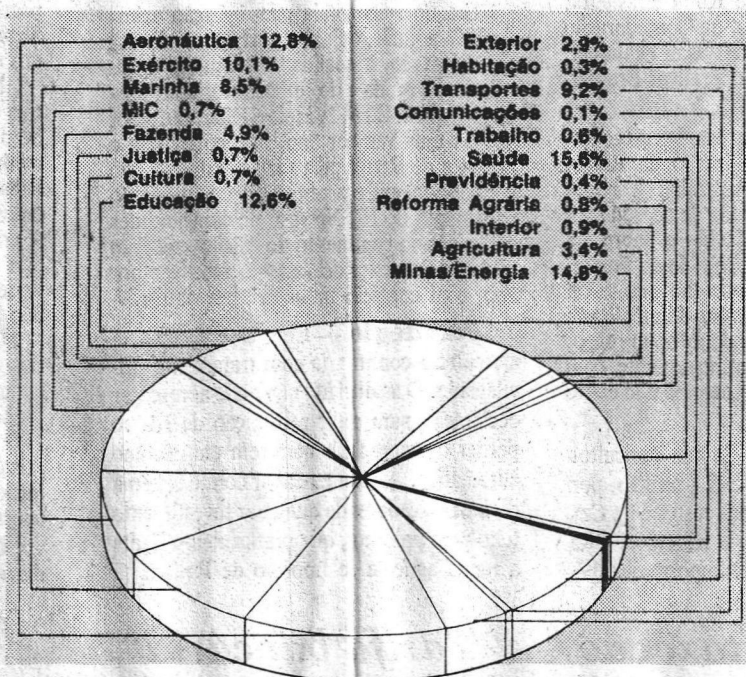
A operação Desmonte, que transfere para estados e municípios programas e projetos atualmente conduzidos pelo governo federal, é inegociável. O mesmo não acontece, porém, com os cortes que cada ministério deverá fazer em seus gastos de custeio (manutenção, por exemplo). "Dentro desses valores, os ministérios poderão negociar o volume de recursos que deverá ser cortado", disse ontem o técnico Hurandir Mesquita Mota, coordenador das áreas de Saúde, Trabalho e Previdência Social da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão do Ministério do Planejamento que está elaborando o Orçamento Geral da União para 1989.

A Operação Desmonte é inegociável porque está diretamente ligada à reforma tributária aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, que transferiu para estados e municípios impostos que hoje são cobrados pela União (combustíveis, lubrificantes, transportes, comunicações e energia). A perda da receita da União será de 17,59% em 1989 e aumentará para 21,26% em 1993.

Hoje e amanhã serão dias decisivos para as discussões sobre o orçamento entre o Ministério do Planejamento e as demais pastas. O presidente José Sarney, que até agora vem apoiando as propostas de contenção de gastos dos ministros Mafonso da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, terá que decidir sobre os números finais do orçamento. Para chegar ao Congresso no último dia do prazo legal, 31 de agosto, o Orçamento Geral da União para 1989 terá que ser entregue em sua versão final na gráfica ainda nesta semana.

Os limites para negociação com os ministérios estão definidos num quadro preparado pela Seplan. Alguns ministérios, além de ficarem de fora tanto do "desmonte", não sofreram qualquer corte em seus orçamentos. Outros perderam parcela substancial de seus recursos e ficaram praticamente esvaziados, como ocorreu com o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Proposta orçamentária para 1989



Fonte: Ministério do Planejamento

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA — 1989

(Despesas de custeio. Não inclui dívida externa e pessoal)

Ministério	Preço de Junho Op.	Desmonte	Diferença	Corte	Cz\$ Mil Posição final do ministro
(A)	(B)	(A - B)	(D)	(C - D)	
Educação	160.690.197	37.218.072	123.472.125	3.958.947	119.513.178
Cultura	8.076.095	1.245.348	6.830.747	683.075	6.147.672
Justiça	12.311.412	5.157.082	7.154.330	651.489	6.502.841
Fazenda	58.661.724	6.714.863	51.946.861	5.194.686	46.752.175
Ind. Com.	15.941.521	6.455.241	9.486.280	2.616.954	6.869.326
Minas/ Energia	225.292.060	6.973.177	218.318.883	77.206.749	141.112.134
Agric.	53.475.674	17.859.534	35.616.140	3.561.614	32.054.526
Interior	31.244.878	22.141.709	9.103.169	910.317	8.192.852
Ref. Agrária	45.927.443	37.533.823	8.393.620	839.362	7.554.258
Previdência	10.881.294	6.280.057	4.601.237	460.125	4.141.112
Saúde	166.129.931	9.405.202	156.720.729	8.030.098	148.483.856
Trabalho	20.097.840	728.976	19.368.864	14.011.619	5.357.245
Comunicações	958.534	—	958.534	—	958.534
Transportes	214.360.258	120.595.657	93.764.601	5.345.581	88.419.020
Habitação	42.282.821	39.095.737	3.187.084	—	3.187.084
Exterior	20.066.400	—	20.066.400	—	20.066.400
Aeronáutica	121.305.955	—	121.305.955	—	121.305.955
Exército	96.220.659	—	96.220.659	—	96.220.659
Marinha	80.712.320	—	80.912.320	—	80.712.320

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO